

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AEROMODELISMO

Circular 15 – 2 Agosto 2018

Decreto Lei 58/2108

Na sequência da publicação do Decreto Lei 58/2108 e das suas consequências para o Aeromodelismo nacional, cumpre-nos informar o seguinte:

Em Agosto de 2017 foi disponibilizada em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/consulta-publica?i=201>, para consulta pública, uma proposta para a criação de um “Regime jurídico para o registo obrigatório de sistemas de aeronaves pilotadas remotamente”, com o seguinte texto introdutório:

“Face aos últimos incidentes registados com aeronaves pilotadas remotamente (vulgo drones), e pese embora ainda não haja, a nível internacional ou europeu, legislação harmonizada especificamente aplicável, o Governo entendeu criar um regime jurídico para o registo obrigatório de RPAS e para a constituição de seguro de responsabilidade civil, de modo a permitir uma supervisão e fiscalização mais eficaz desta atividade, atentas as questões de segurança que se têm colocado.

O texto do diploma tem como referencial as propostas de regulamento europeu disponibilizadas recentemente pela Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA – European Aviation Safety Agency) e já reflete os contributos recolhidos pela Autoridade Nacional da Aviação Civil na consulta realizada diretamente junto da comunidade aeronáutica, forças de segurança, associações de operadores de drones, entre outros.

A versão agora disponibilizada para consulta pública visa essencialmente estabelecer a obrigatoriedade de registo e de contratualização de seguro de responsabilidade civil para as aeronaves não tripuladas, cuja massa máxima operacional seja igual ou superior a 0,250 Kg, associando um quadro sancionatório aplicável a quem violar estas obrigações, de forma a dissuadir e censurar adequada e proporcionalmente condutas de risco que podem colocar em causa a segurança de todos.

Com o intuito de envolver neste assunto todos os interessados, em particular a comunidade aeronáutica e os operadores de drones, e a sociedade civil em geral, promove-se a consulta pública do projeto de decreto-lei até ao dia 10 de outubro, podendo quem quiser apresentar comentários ou propostas de alteração ao diploma, através do seguinte endereço de correio eletrónico: consultapublica.drones@anac.pt.”

Compete-nos esclarecer que independentemente de duas reuniões anteriormente realizadas entre a ANAC e a FPAm, sobre as consequências da aplicação do Regulamento n.º 1093/2016 no Aeromodelismo nacional, não foi solicitada a nossa colaboração na preparação do referido regulamento 1093/2016 nem na proposta do Regime jurídico para o registo obrigatório de sistemas de aeronaves pilotadas remotamente.

No âmbito da referida consulta pública enviámos à Administração da ANAC em 26/09/2017 um ofício, com receção confirmada, onde para além de diversas sugestões de alteração do articulado evidenciámos as nossas preocupações sobre a aprovação do regulamento em causa, nomeadamente as seguintes:

“Sob pena de prejudicar de forma significativa o desporto que é o Aeromodelismo, reconhecido pelas entidades responsáveis pelo desporto nacional e gerido nacionalmente pela FPAm – Federação Portuguesa de Aeromodelismo, entidade com utilidade pública desportiva, consideramos essencial rever a definição dos RPAS que originam os incidentes em causa e não optar por uma generalização incompreensível que abrange um grande conjunto de aeromodelistas que não originaram nenhum dos incidentes referidos e não deveriam sofrer consequências de práticas que lhes são alheias.

A FPAm é a representante do Aeromodelismo nacional, junto da FAI – Fédération Aéronautique Internationale (de que somos “Associate Member”) e temos garantido ao longo dos anos a aplicação a nível nacional dos regulamentos aprovados e aplicados a nível mundial por esta entidade, para a prática do Aeromodelismo.”

Manifestámos igualmente o nosso desagrado pela forma como a proposta foi preparada:

“É lamentável que não tenha sido consultada a Federação Portuguesa de Aeromodelismo, entidade com estatuto de Utilidade Pública Desportiva com poderes estatutários de gestão do aeromodelismo nacional que sofrerá implicações da aplicação deste regulamento, o qual ignora as especificidades deste desporto, reconhecido e apoiado pela Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude e pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude.”

Terminámos com as seguintes considerações finais:

“A maioria dos aeromodelistas e principalmente os que se dedicam a competição, são possuidores de múltiplos modelos que são utilizados quer para treino quer para diversos tipos de competições e a obrigatoriedade do registo de todos esses modelos seria um processo burocrático, moroso e dispendioso dificilmente compreensível para uma comunidade que em nada contribuiu para o problema que esta regulamentação visa corrigir. A haver alguma necessidade de registo de aeromodelos acharíamos mais lógico e mais funcional a identificação dos proprietários e responsáveis pela sua utilização através do número de LDN – Licença Desportiva Nacional, número único atribuído pela FPAm a todos os seus associados e que garante que o desportista está coberto pelos seguros atrás referidos. Relembramos que todos os aeromodelistas federados estão cobertos, na prática deste desporto, por seguros pessoais e de responsabilidade civil de coberturas superiores às determinadas por legislação existente. Esta proposta está alinhada com a forma internacional, adoptada pela FAI, para identificação de modelos e concorrentes em competições internacionais em todo o mundo e que é através do número de licença FAI, também este um número único mas a nível mundial, que identifica os desportistas admitidos nessas competições de todas as classes do aeromodelismo.

Tivemos conhecimento de variadas mensagens que diversos aeromodelistas enviaram a esta consulta pública e independentemente da forma ou conteúdo das mesmas todas reflectem as legítimas apreensões e preocupações sobre as previsíveis consequências para o aeromodelismo nacional da aplicação deste regulamento.

Apelamos por isso ao esclarecimento sobre a origem dos problemas que motivaram esta proposta, como forma de identificar claramente o âmbito de intervenção necessária em oposição à simples generalização de âmbito e à adopção de medidas que irão por certo atingir com menos eficácia os verdadeiros geradores dos problemas em causa mas que previsivelmente atingirão toda uma comunidade que em nada contribuiu para a sua existência.”

Infelizmente vimos a maioria das nossas sugestões ignoradas e constatámos a publicação do Decreto-Lei n.º 58/2018 em 23/07/2018 sobre o Registo obrigatório de RPAS e o que nos resta fazer é voltar a solicitar o contacto, com carácter de urgência, com a ANAC para tentar obter acordo sobre a metodologia a adotar para minorar os impactos desta injusta regulamentação nos praticantes de Aeromodelismo em geral e nos nossos associados em particular. Por outro lado, está em curso com a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude uma avaliação do impacto que o referido Decreto Lei provocará no Aeromodelismo e senários de aplicabilidade decorrentes de um possível regime de exceção.